

Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos

Paulo Castro Seixas

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Ricardo Cunha Dias

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Diogo Guedes Vidal

Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde
Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa

Resumo

O artigo propõe uma Escala que possibilita a discussão reflexiva de perfis identitários ambientalistas. O ambientalismo é um elemento identitário central do século XXI e, no entanto, a literatura falha em tipologias ambientalistas que permitam reflexão e posicionamentos. A metodologia seguida implicou uma análise histórica do ambientalismo. Tal análise deu lugar a 8 subescalas que se agregam num único instrumento metodológico: a Escala de Identidade Ambientalista (EIA). O contributo principal é um instrumento simples que possibilita uma aproximação reflexiva de cada sujeito a um conjunto de tipos ideais de identidades ambientalistas, sustentando metodologias ativas de intervenção.

Palavras-chave: Ambientalismo; Identidades Ambientais; Escala de Identidade Ambientalista.

Environmentalist identity scale: a tool to discover which environmentalists we are

Abstract

This article proposes a Scale that enables a reflective discussion of environmentalist identity profiles. Environmentalism is a central element of 21st century identity and, however, the literature fails in environmentalist typologies that allow reflection and positions on the topic. The methodology followed in this work implied a historical analysis of environmentalism. Such analysis resulted in 8 subscales that are aggregated in a single methodological instrument: the Environmentalist Identity Scale (EIA). The main contribution is to provide a simple instrument that allows a reflexive approach of each subject to a set of ideal types of environmentalist identities, supporting active intervention methodologies.

Keywords: Environmentalism; Environmental Identities; Environmentalist Identity Scale.

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Échelle d'identité environnementaliste : un outil pour découvrir quels écologistes nous sommes

Résumé

L'article propose une échelle qui permet une discussion réflexive des profils d'identité environnementaliste. L'environnementalisme est un élément identitaire central du 21^e siècle et, cependant, la littérature échoue dans les typologies environnementalistes qui permettent la réflexion et les positions. La méthodologie suivie impliquait une analyse historique de l'environnementalisme. Une telle analyse a donné naissance à 8 sous-échelles qui sont combinées dans un seul instrument méthodologique : l'échelle d'identité environnementaliste (EIA). La contribution principale est un instrument simple qui permet une approche réflexive de chaque sujet à un ensemble d'identités environnementalistes idéales, soutenant des méthodologies d'intervention actives.

Mots-clé: Environnementalisme; Identités environnementales; Échelle d'identité environnementaliste.

Escala de identidad ambientalista : una herramienta para descubrir qué ambientalistas somos

Resumen

El artículo propone una escala que permite una discusión reflexiva de los perfiles de identidad ambientalistas. El ambientalismo es un elemento central de identidad del siglo XXI y, sin embargo, la literatura falla en las tipologías ambientalistas que permiten la reflexión y las posiciones. La metodología seguida implicó un análisis histórico del ambientalismo. Dicho análisis dio lugar a 8 subescalas que se agregan en un solo instrumento metodológico: la Escala de Identidad Ambientalista (EIA). La contribución principal es un instrumento simple que permite un enfoque reflexivo de cada sujeto a un conjunto de tipos ideales de identidades ambientalistas, apoyando metodologías de intervención activa.

Palabras clave: ambientalismo; Identidades ambientales; Escala de identidad ambientalista.

1. Introdução

O Ambiente é atualmente uma questão central e transversal da qual dependem as noções de desenvolvimento e qualidade de vida, traduzidas num conceito basilar: bem-estar (Oliveira, Vidal e Maia, 2020; United Nations, 2015; Vidal, 2019; Weitz et al., 2019). O ambiente trata-se já de uma questão de identidade psicossocial e topológica (Felonneau e Causse, 2017) tal como o trabalho e a habitação eram questões de identidade no século XIX e XX. Se ser ambientalista no século XX era pertencer a um grupo de intervenção, por vezes rebelde, contestatário, anarquista, vanguardista e visionário, mas sempre numa identidade de margem, na sociedade global e em rede do século XXI o ambientalismo é parte da nossa construção enquanto pessoas (Castells, 1998; Clayton, 2003). No entanto, muitos de nós, e, em particular, muitos dos jovens, terão dificuldade em escolher as ideias e as práticas pro-ambientais e em criar uma configuração que seja harmoniosa com todos os demais fatores sociais e pessoais que nos definem (Gifford e Nilsson, 2014).

Os jovens tendem a revelar um maior conhecimento sobre o ambiente global do que sobre o local e pouca capacidade de agir em relação ao meio ambiente (Thielking e Moore, 2001), sendo mesmo o grupo etário que menos participa em organizações ambientalistas (Maia *et al.*, 2018). Por outro lado, as evidências indicam que na valorização do ambiente, são os mais jovens, pelo peso da educação formal, e os mais velhos, pela ligação à terra, à agricultura e ao modo de vida rural que sobressaem (Schmidt *et al.*, 2016). Porém, quando se aborda o ambientalismo e a sustentabilidade com os jovens surgem *ideias-e-práticas* muito genéricas como os ‘3 R’s’, ou especificamente ‘a reciclagem’, a iluminação *led*, poupar água, ou a compostagem, entre outros. É verdade que o caminho seguido pelo tipo de projetos, temáticas e intervenientes da educação ambiental não têm ajudado neste processo (Schmidt e Guerra, 2013). Mas estas respostas, mais do que um desconhecimento, evidenciam a incapacidade de comunicar e agregar de forma harmoniosa, por um lado, conceitos e ideias muito abstratos como sustentabilidade, ambientalismo e resiliência por exemplo e, por outro, práticas demasiado fragmentadas (Connell, Fien, Sykes e Yenken, 2014).

Ainda que esta incapacidade em agir nos jovens seja ambivalente e possa estar a mudar (Partridge, 2008), tal não é apenas um problema de conhecimento ou de competências; é outrossim um problema de identidade nas gerações atuais que cria uma insatisfação pessoal e de socialização, característica da construção da identidade. Como investigadores e professores do ensino superior desta área, este diagnóstico é claro. E, por isso, essa incapacidade implica respostas científicas e pedagógicas das ciências sociais capazes de possibilitar a incorporação de forma mais simples do ambientalismo como parte das nossas vidas e, por essa via, sustentar uma mudança geracional em que a questão ambiental seja tão clara na construção da identidade quanto o é a questão da habitação e da carreira. No entanto, os instrumentos e escalas existentes na literatura para avaliar diferenças individuais na identidade ambiental têm-se centrado na previsão de reações e comportamentos a questões ambientais (Clayton, 2003), havendo uma lacuna relativa a tipologias ambientalistas que permitam reflexão e posicionamentos.

Neste quadro, este artigo propõe-se apresentar uma sistematização do movimento ambientalista, dos seus discursos, organizações e forma de ação, para que qualquer um de nós se possa descobrir ou/e inventar como ambientalista, ou seja, possa incorporar o ambientalismo como forma de construção da sua identidade social. A identidade faz-se por escolhas e o artigo propõe oito escolhas fundamentais para cada um de nós se compreender como ambientalista: 1) As questões ambientais são uma ‘falsa questão’ ou verdadeiramente relevantes? 2) Ser ambientalista é fundamental para o ser humano ou para o planeta? 3) Ser ambientalista é possível dentro do sistema ou só contra o sistema? 4) Ser ambientalista implica um valor forte ou fraco da

natureza? 5) Ser ambientalista por rutura ou por mudança na continuidade? 6) Ser ambientalista no discurso da modernização ou em discursos alternativos? 7) Ser ambientalista sem identificações organizacionais ou organizacionalmente implicado? 8) Ser ambientalista por práticas de autossuficiência ou por práticas de mudança coletiva?

O que procurámos fazer neste artigo foi uma sistematização, através de uma metodologia relativamente simples e, claro, discutível, mas que procura ser útil no sentido de responder à questão: o que é ser ambientalista hoje e para onde vamos na mudança ambiental? Criou-se, para isso, uma escala em que cada um dos oito aspetos que considerámos centrais para a nossa identidade ambientalista é tido em conta, estabelecendo-se uma divisão em duas partes: 1) a relevância do movimento social como consciência ambiental e relação com o planeta e a natureza, elegendo uma solução nesse quadro; e 2) do ambientalismo como mudança social e discursiva e como ancoragem organizacional e de Comunidades de Práticas. Propomos, assim, que tais subescalas possam servir para discutir combinações de posições ambientalistas e logo uma diversidade de posicionamentos identitários.

O artigo faz uma apresentação desses três aspetos do ambientalismo na secção seguinte. Numa secção posterior é proposta a Escala de Identidade Ambientalista (EIA) evidenciando-se um conjunto de tipos ideais de identidades ambientalistas. Nas considerações finais apresentamos alguns exemplos de metodologias ativas para colocar aos jovens, ajudando-os na construção da sua identidade ambientalista. Consideramos que a construção de identidades ambientalistas reflexivas pode promover uma maior consciência e ação ambiental.

2. O Movimento Ambientalista, Organizações e Comunidades de Práticas: Sistematizar Posições

2.1 As questões ambientais são uma ‘falsa questão’ ou verdadeiramente relevantes?

As evidências científicas, hoje disponíveis, são claras: a ação humana à escala planetária é a principal indutora de um conjunto alargado de mudanças biogeoquímicas e climáticas em curso (IPCC, 2014). A comunidade científica internacional propôs mesmo o termo ‘Antropoceno’ para caracterizar esta nova era de influência antrópica na Terra (Crutzen e Stoermer, 2000; Steffen *et al.*, 2011). No entanto, há ainda um conjunto alargado de pessoas que se recusa a acreditar na existência de uma crise ambiental global de base antropogénica. A literatura demonstra que esta tendência para o ‘negacionismo ambiental’, por exemplo, em relação às alterações climáticas, está diretamente relacionada com questões de identidade psicossocial, sobretudo com a procura por um ‘sentido de vida’ que, nas sociedades atuais, depende muito de um modo de vida baseado no

consumo (Grušovnik, 2012). De forma consciente ou inconsciente, essa dependência cria um dilema fundamental entre aceitar esse estilo de vida e pôr em causa o planeta. Perante este dilema, as opções são aceitar as consequências e a responsabilidade pela mudança, ou recusar acreditar que o problema ambiental existe.

É certo que as campanhas negacionistas realizadas em prol de interesses económicos têm ajudado a moldar a opinião pública para a segunda opção (Boykoff e Boykoff, 2004). Mas sabemos já que a tendência para negar os problemas ambientais está também relacionada com a falta de alternativas sólidas em torno das quais novas identidades “mais ecológicas” possam ser construídas (Grušovnik, 2012). Portanto, qualquer tentativa de mudar atitudes e comportamentos dificilmente será bem-sucedida se não houver uma base para a construção novas identidades sociais pró-ambientais. O ambientalismo forneceu-nos essa base, mas também teve de lidar com visões divergentes e com uma fragmentação ideológica que não torna fácil essa escolha nos dias de hoje. Vejamos a história do movimento ambientalista e quais as opções atuais.

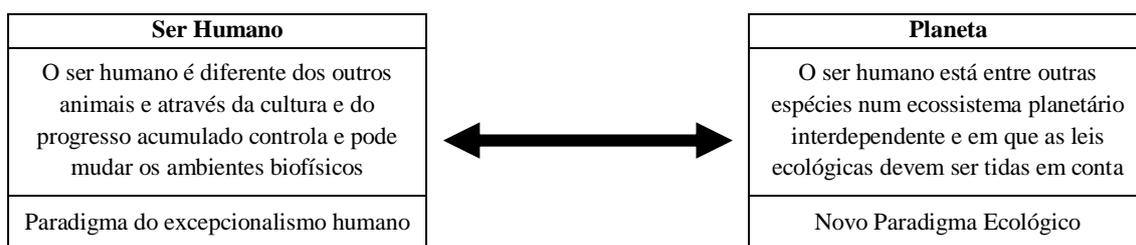
2.2 A solução ambiental é fundamental para o Ser Humano ou para o Planeta?

O ambientalismo surge na década de 60 do século passado como um movimento social global e multifacetado orientado por uma ideia de crise ecológica que ameaçava a existência humana (Pereira, 2018). Esta ideia emerge num contexto propício de renovação de valores sociais já em marcha com a luta pelos direitos civis e o movimento hippie nos Estados Unidos da América (EUA) e o movimento estudantil do maio de 68 em França. Tal contexto acabaria por incluir a causa ambiental com os primeiros sinais da retroatividade potencialmente fatal sobre a vida humana à escala global, provocada pelos impactos do desenvolvimento industrial no meio ambiente. De entre estes, ganharam destaque pelos efeitos nocivos e persistentes que tiveram, tanto nos ecossistemas como nas populações neles presentes, a *Big Smoke* que cobriu a cidade de Londres, em 1952 (Berend, 2006), o desastre da baía de Minamata no Japão (George, 2001), em 1958, e a utilização do DDT nos EUA, documentado no célebre e influente livro de Rachel Carson (1962).

Estes eventos foram o gatilho para que o paradigma então dominante de superioridade técnico-científica e de exceção humana proclamada pelo progresso industrial fosse posta em causa (Paradigma do excepcionalismo humano - HEP), primeiro por académicos e intelectuais e depois pela sociedade civil em geral. Uma nova mundivisão e um Novo Paradigma Ecológico (NEP) nasce, assim, na forma deste novo movimento que reconhecia a dependência do homem dos serviços dos ecossistemas, e que a sua destruição tinha consequências negativas sobre a saúde humana e o bem-estar (Catton e Dunlap, 1978) (Quadro 1). Incorporando o protecionismo e o conservacionismo originários do Séc. XIX, tal movimento vem superar a visão dualista entre

humanos vs. natureza (o ser humano é responsável pela proteção da natureza) que os caracterizava ao considerar que os humanos e natureza são um só. As primeiras fotografias da Terra tiradas a partir do espaço durante essa década também contribuíram para esta visão unificada do planeta como um único mundo compartilhado por inúmeras espécies, incentivando o movimento ambiental.

Quadro 1 - Dicotomia Paradigma do excepcionalismo humano vs Novo Paradigma Ecológico



Fonte: Elaborado a partir de Catton e Dunlap (1978).

A emergência do ambientalismo resultou, assim, de uma crise de valores e de uma mudança das representações sobre as relações possíveis entre humanos e natureza, mudando-se o enfoque do ser humano para o planeta e para uma ‘nova ética da Terra’ (Soromenho-Marques, 1998) em que se reconhece que todas as espécies fazem parte de um sistema complexo.

2.3 Ser ambientalista é possível dentro do sistema ou só contra o sistema?

A difusão deste movimento dá-se depois na década de 1970, também considerada “a era da ecologia” ou do ecologismo, movimento com base na ideia de que existem limites naturais ao crescimento (os recursos são finitos), defendendo que é necessária uma mudança social, política e económica (Pereira, 2018). Essa consciencialização originou o primeiro *Earth Day* em 1970 nos EUA, que contou com palestras de Paul Ehrlich, académico, Prémio Nobel e autor da célebre obra *The Population Bomb* (1970) que defendia o controlo da população mundial, reduzindo a taxa de crescimento a zero ou tornando-a negativa para responder aos problemas da fome e segurança alimentar resultantes da superpopulação, e de muitos outros nomes, que se tornariam referências para os movimentos ambientalistas em todo o mundo.

É nessa altura que a preocupação com a crise ambiental entra também na agenda política internacional, com as Nações Unidas a organizar a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH). O encontro realizou-se em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, e reuniu líderes de 113 países e de mais de 400 instituições governamentais e não governamentais para discutir os problemas ambientais. A Conferência de Estocolmo, como

ficou conhecida, foi influenciada pela publicação, nesse mesmo ano, de *The Limits to Growth* (Meadows *et al.*, 1972), estudo encomendado pelo Clube de Roma que modelou as consequências do crescimento da população mundial considerando os recursos disponíveis. Este estudo concluía que, tendo em conta os padrões mundiais de crescimento económico, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, a capacidade produtiva instalada da Terra seria atingida num máximo de 100 anos, provocando um colapso na população. Para evitar esse cenário, o relatório também defendia o chamado ‘crescimento zero’, ou seja, a necessidade de parar o crescimento.

A Conferência de Estocolmo foi palco de controvérsias que contribuíram para que se tornasse num acontecimento único e marcadamente histórico no campo ambiental. Um dos principais responsáveis da realização da conferência foi o do Secretário-Geral do evento, Maurice Strong. Na sessão de abertura da conferência, Strong reconheceu a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento seguido pelos países industrializados, mas também que o reivindicado crescimento zero era inviável (Layrargues, 1998). É curioso notar que Strong era um empresário do setor petrolífero e energético, tendo, porém, ficado conhecido como o pai da internacionalização do movimento ambiental, campanha que foi financiada pela fundação Rockefeller (também ligada ao setor petrolífero). Strong foi também o primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) nos EUA, criado depois da CNUMAH com o objetivo de promover globalmente a conservação do meio ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais.

Em 1973, Maurice Strong popularizou ainda o conceito de ‘ecodesenvolvimento’, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs na Conferência de Founex, em 1971: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação ambiental e dos recursos naturais; construção de um sistema social que garantisse o emprego, segurança social e o respeito por todas as culturas; e programas de educação ambiental. Esta visão de desenvolvimento referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, e os debates que criou abriram espaço para o conceito de desenvolvimento sustentável. Novamente, Strong foi um dos comissários da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), órgão independente criado pelas Nações Unidas em 1983 para reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas alternativas de desenvolvimento.

Em 1987, a CMMAD, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento intitulado *Our Common Future*, introduzindo o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades

(WCED, 1987). O relatório, contudo, não apresentava as mesmas críticas à sociedade industrial que caracterizaram os discursos anteriores: ainda que defendesse a necessidade de haver limites ecológicos, o documento reconhecia que havia questões de justiça e equidade social que não permitiam proibir o crescimento tanto em países industrializados como subdesenvolvidos. Esta proposta do Relatório Brundtland foi para muitos uma resposta política aos discursos mais radicais das décadas anteriores (Dias, Seixas e Lobner, 2020).

2.4 Ser ambientalista implica um valor forte ou fraco da natureza?

A segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, e, em particular, a Agenda 21 (Local), que foi um dos seus *outputs*, vieram depois transformar o conceito num programa de ação assente na integração de três pilares (*triple bottom line* ou tripé da sustentabilidade): o ambiental, o económico e o social (Seixas, 2014). No entanto, a ampla aceitação do conceito pela comunidade política internacional teve um efeito polarizador nos discursos ambientalistas e a relação entre os três pilares do desenvolvimento sustentável tonou-se controversa (Dias, Seixas e Lobner, 2020). De um lado, estavam aqueles que defendiam que os problemas ambientais implicavam uma mudança radical da sociedade e da superação do sistema capitalista. Do outro, os que acreditavam que numa reforma incremental e na capacidade política e dos instrumentos de mercado em criar um equilíbrio ambiental, modernizando as bases socioeconómicas existentes (Torgerson, 1995). Esta polarização depressa originou diferentes entendimentos do conceito, não sendo claro se seria possível que o desenvolvimento de um pilar compensasse a deterioração de outro e, portanto, que o capital natural fosse substituído por capital humano. Tal situação passou a ser referida como sustentabilidade ‘fraca’, por oposição a uma sustentabilidade ‘forte’ (Quadro 2.) que defendia ser necessária a priorização do valor da natureza para que a soma dos três pilares pudesse ser considerada positiva (Costanza e Daly, 1992; Ekins *et al.*, 2003; Dietz e Neumayer, 2007).

Quadro 2 - A solução ambiental implica um valor forte ou fraco da natureza?



Fonte: Elaboração dos autores.

2.5 Ser ambientalista por rutura ou por mudança na continuidade?

A discussão em torno dos valores fracos ou fortes sobre a natureza estiveram na origem de diferentes discursos de ação, havendo duas vertentes que estruturam polos de um espectro em que se podem posicionar as diferentes organizações ambientalistas (Dias, Seixas e Lobner, 2020). Numa ponta do espectro estão organizações que defendem uma ação direta e na outra ponta organizações que agem por via indireta, através da mudança individual e local em cadeia. O extremo da ação direta radical inclui organizações orientadas por valores anarquistas, antiautoritários e anticapitalismo, e pela filosofia da *deep ecology* (ecologia profunda) que defende a ideia de que o equilíbrio da Terra depende do respeito e da preservação de cada elemento da natureza, inclusive a humanidade. Estas organizações atuam geralmente de forma anónima e em células descentralizadas que recorrem a táticas de sabotagem e de guerrilha para combater a exploração e destruição do meio ambiente, sendo tal atuação atualmente classificada de eco-terrorismo (Leader e Probst, 2003; Loadenthal, 2014). Alguns exemplos emblemáticos de organizações¹ deste tipo são:

Earth Liberation Front (ELF) – Também conhecida como “The Elves” (Os Elfos), esta organização foi fundada no Reino Unido, em 1992. O seu objetivo é a eco-defesa de locais associados a usos comerciais e de construção residencial em que os integrantes do movimento acreditam existir destruição do meio ambiente. As suas ações envolvem técnicas conhecidas por eco-sabotagem e pelo termo inglês *monkeywrenching*, um tipo de destruição que pretende espalhar o caos para abrandar ou anular determinada atividade;

CrimethInc. – Surgiu em 1990 através da propaganda dos ideais anarquistas, praticando incêndios e “hacktivismo”. Organizaram eventos internacionais, participaram em manifestações e confrontos com as autoridades e realizaram performances artísticas mediáticas. Esta organização recebeu atenção mediática, bem como fortes críticas e elogios de outros grupos anarquistas pelas suas atividades.

Perto deste extremo, mas mais ao centro, seguem-se organizações que agem de forma mais pacífica de acordo com os princípios filosófico-morais da desobediência civil e do *lobby* sobre governos e empresas, tais como:

¹ As descrições sumárias das organizações tiveram origem em fontes generalistas: Wikipédia e páginas das organizações entre outras.

Greenpeace – Foi criada no Canadá, em 1971, para denunciar os testes nucleares realizados pelos EUA. O objetivo desta organização é a defesa da Terra e da sua capacidade em sustentar vida em toda a sua diversidade. Para isso, usa a ação direta pacífica, procurando sensibilizar a opinião pública através de ações, publicidade e outros meios;

Sea Shepherd Conservation Society – Foi criada nos EUA em 1977. O objetivo é a conservação dos oceanos e, conseqüentemente, o seu habitat. A mensagem transmite-se através da exposição e interseção sobre operações ilegais nos oceanos;

Robin Wood – Grupo fundado em 1982 por ex-membros da *Greenpeace*. Preocupados com a Floresta Negra, conservação da floresta, reciclagem de papel, redução da chuva ácida, fazem manifestações e protestos públicos como forma de sensibilização que chamam a atenção dos média. Embora pacífica, as manifestações são descritas como ilegais.

Ao centro da escala podemos encontrar organizações ligadas ao protecionismo e ao conservacionismo, que acabaram por se institucionalizar ou de fazer parte de uma política pública nacional. Algumas destas organizações são bastante antigas, enquanto outras surgiram com o ambientalismo moderno, demonstrando preocupações com a conciliação entre interesses económicos e as retóricas mais globais de proteção do meio ambiente e dos seus recursos ao nível doméstico. Um exemplo deste tipo de organizações é Quercus, associação portuguesa criada em 1985 para a conservação da natureza e da vida selvagem. No entanto, e tendo em conta o seu grau de institucionalização, dificilmente podemos atualmente classificar estas organizações como movimentos sociais ambientalistas.

No outro quadrante da escala, encontramos um conjunto alargado de organizações que visam promover a consciencialização ambiental, bem como boas práticas e o empoderamento e a ação individual para a mudança. De entre estas, destacaram-se recentemente as organizações associados a um discurso de ‘emergência climática’. O conceito foi popularizado no livro *Climate Code Red: The Case for Emergency Action*, publicado em 2008 por David Spratt e Philip Sutton para alertar para a necessidade de compromisso e ação política perante o alto grau de urgência e perigo das mudanças climáticas. Desde então, esta necessidade tornou-se uma reivindicação central de um conjunto novos grupos e movimentos, sobretudo juvenis e estudantis, perante a inação e mesmo o negacionismo político das alterações climáticas:

Sunrise Movement – São um grupo de jovens fundado em 2017 que pretendem que as alterações climáticas sejam uma prioridade nos EUA. Juntam-se em salas de aulas por todo o país e agem através do diálogo com as comunidades locais.

Friday for Future – Começou com Greta Thunberg e uns amigos, em 2018, na Suécia. Durante três semanas este grupo de estudantes fez greve escolar para se juntar em frente ao Parlamento, em forma de manifestação e protesto, para que o Governo tomasse medidas e colocasse a crise ambiental como prioridade.

Zero (Associação Sistema Terrestre Sustentável) – É uma associação portuguesa criada em 2015 por um grupo de ex-membros da Quercus. O seu nome foi inspirado na meta inscrita no Acordo de Paris que prevê para a segunda metade do século XXI o fim das emissões de gases com efeito de estufa por queima de combustíveis fósseis. Para além das temáticas tradicionais da preservação e conservação ambiental, esta organização surge para fazer também a ligação às questões económicas e aos problemas do desenvolvimento sustentável. O seu objetivo é acabar com as desigualdades no país, agindo através da mobilização da sociedade para a participação e procurando influenciar os decisores políticos (*advocacy*).

Climate Action Network Europe (CAN Europe) – Faz parte da *Climate Action Network International*, que é uma rede mundial criada desde 1989 com mais de 1.100 organizações não governamentais, cujo lema é confiança, abertura e democracia. Este grupo tem como objetivo a proteção global do clima, promovendo valores como o da igualdade, bem como justiça entre todos os indivíduos; desenvolvimento sustentável para toda e qualquer comunidade, assim como a proteção do meio ambiente. Os objetivos desta organização são conseguidos através do diálogo, sendo que muitos dos seus membros trabalham para tentar influenciar os responsáveis pela tomada de decisões, criando, de igual modo, políticas capazes de colocar em prática os seus objetivos.

Relativamente à escala, podemos situar esta última organização perto do Movimento de Transição, cuja crença/ideologia fecha o espetro e recai sobre o facto de ser possível alterar o sistema através de uma transição pacífica:

Transition Network – É uma rede global de Comunidades de Práticas que tem como objetivo reimaginar e reconstruir o nosso mundo através de um processo de criação de cultura humana saudável e sustentável. A atuação destas comunidades é feita através de iniciativas e projetos de partilha de experiências que procuram conciliar conhecimento científico e conhecimento local, tradicional e popular de forma a promover aprendizagem e modos de vida mais resilientes.

Assim, de um lado temos organizações que entendem que só é possível mudar pela via da revolução e da destruição do atual paradigma; enquanto do outro temos organizações que

defendem lógicas de crítica discursiva e de mudança na continuidade, aceitando uma mudança em “mancha de óleo”.

Quadro 3 - Dicotomia entre discursos de rutura e de mudança na continuidade

	Mudança drástica/rutura  Mudança lenta/na continuidade			
Ideologia	O capitalismo industrialista não é mutável por dentro		O sistema é passível de incorporar a mudança	
Abordagem	Ação Direta		Ação Indireta	
	Destuição/ <i>monkeywrenching</i> Eco-Terrorismo	Desobediência civil <i>Lobby of people</i>	Participar na Mudança	Mudar localmente Comunidades Intencionais
Acção	Necessidade de destruição das economias/ indústrias danosas para o ambiente	Necessidade de denunciar e expor agressões sobre o meio ambiente	Participar e acelerar a mudança do mundo	Fazer em nós a mudança que queremos ver no mundo
Grupos	<i>ELF – Earth Liberation Front CrimethInc.</i>	- <i>Greenpeace</i> - <i>Rebellion</i> - <i>Extinction</i> - <i>Sea Shepherd</i> - <i>Robin Wood</i> - <i>PETA</i>	- <i>Climate Action Network Europe</i> - <i>Friday For Future</i> - <i>Sunrise Movement</i>	Rede de Transição Rede de <i>Ecovillages</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

Este outro polo do espectro está muito ligado ao conceito de permacultura. O termo significa “cultura permanente” e configura uma filosofia e uma abordagem idealista que enfatiza a integração das necessidades humanas num ambiente produtivo e criativo com estética, ética e harmonia, de acordo com os princípios básicos da natureza. Para a aplicação de tais princípios, a permacultura recorre a técnicas baseadas na agricultura natural, vertente da agricultura ecológica introduzida pelo agricultor e filósofo japonês Masanobu Fukuoka, no seu livro *A Revolução de Uma Palha* ([1975] 2001), e cujo método advoga o “modo natural de cultivar” (também conhecido como “método Fukuoka”), por oposição ao uso de produtos químicos e de instrumentos mecânicos dos sistemas industriais.

Mas a permacultura não se limita ao *design* sustentável dos sistemas alimentares e a um método para planear sistemas de escala humana idealizados a partir de ecossistemas naturais. Pelas mãos dos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren, o conceito evoluiu até aos dias de hoje, sobretudo na sua dimensão ética, inspirando diversos movimentos que defendem vidas mais socialmente justas e ecologicamente saudáveis, como é o caso da *Transition Network* e das Cidades em Transição iniciado pelo permacultor Rob Hopkins. Tal ética assenta atualmente

em três princípios ou pilares: cuidar da terra (criar condições para uma terra saudável para que todos os sistemas de vida continuem e se multipliquem); cuidar das pessoas (criar condições para que as pessoas tenham acesso aos recursos necessários para sua existência); e cuidar do futuro (incentivar limites ao crescimento e ao consumo e a partilha justa de excedentes).

2.6 Ser ambientalista no discurso da modernização ou em discursos alternativos?

Os princípios éticos sobre o *Cuidar* da terra, das pessoas e do futuro decorrem do reconhecimento de que a convergência entre a aceleração das mudanças climáticas e o pico do petróleo representa um desafio sem precedentes para a civilização humana. Em 2008, Holmgren publicou o livro *Future Scenarios: How Communities Can Adapt to Peak Oil and Climate Change*, onde procurou definir quatro cenários ou narrativas de futuro, em função da maior ou menor rapidez de cada uma destas mudanças (Quadro 4).

Quadro 4 - Narrativas de futuro

SIM ←				→ NÃO
Explosão Tecnológica	Tecno-estabilidade	Transição Ambiental	Colapso	
Esta narrativa defende que a humanidade dependerá de fontes de energia novas, mais abrangentes e mais concentradas que vão possibilitar o crescimento contínuo da riqueza material e do poder humano sobre as restrições ambientais, bem como o crescimento da população. Este cenário é geralmente associado com a exploração do espaço e à colonização de outros planetas.	Depende do equilíbrio entre o consumo de recursos e o crescimento populacional. Esta narrativa baseia-se no uso de energias e tecnologias renováveis, e na melhoria da qualidade dos serviços disponíveis a partir dos sistemas atuais. Envolve uma enorme mudança em quase todos os aspetos das sociedades, uma vez que os sistemas sustentáveis são definidos num lugar fixo, um estado constante de sociedade sustentável com muito menos alterações. A tecnologia fotovoltaica proveniente da energia solar é um ícone adequado ou símbolo desse cenário.	Parte do esgotamento dos combustíveis fósseis e implica uma redução da atividade económica e da população. A crescente dependência de recursos renováveis de menor densidade de energia vai, com o tempo, mudar a estrutura da sociedade regredindo a projetos básicos, nomeadamente das sociedades pré-industriais. Os recursos biológicos e a sua gestão sustentável tornar-se-ão cada vez mais importantes. Em muitas regiões as florestas vão recuperar seu <i>status</i> tradicional como símbolos de riqueza. A árvore é um ícone adequado a este cenário.	Sugere uma falha generalizada de todos os sistemas que sustentam a sociedade industrial, os combustíveis fósseis estarão esgotados e/ou as alterações climáticas danificam radicalmente os sistemas de apoio ecológico. Este colapso seria rápido e mais ou menos contínuo, sem o possível restabelecimento de energia. Perda do conhecimento e das infraestruturas necessárias para a civilização industrial, possivelmente até cenários mais graves, incluindo a extinção humana, juntamente com grande parte da biodiversidade do planeta.	

Fonte: Elaborado a partir de Holmgren (2008).

Estas narrativas de futuro do planeta foram já sugeridas como uma ‘escala de resiliência percebida do Antropoceno’, especificamente em função dos sistemas ideológicos HEP e NEP (Seixas e Dias, 2016). A primeira narrativa evidencia um forte otimismo na capacidade tecnológica para responder aos constrangimentos ambientais, ou seja, a crença no excepcionalismo humano e a primazia da ideologia HEP face à NEP. A segunda narrativa revela um otimismo moderado, parecendo aceitar a ideia de uma aliança simbiótica entre sistemas sociais e ecológicos. Ou seja, a ideia de que há uma adaptação mútua e relativamente difícil entre sistemas ecológicos e sociais, segundo os valores HEP. A terceira narrativa revela já um pessimismo face à resiliência dos sistemas sociais, implicando crises e regressão dos mesmos face aos sistemas ecológicos que, pelo contrário, dominam gradualmente. A transição ambiental só se dá num quadro de declínio de energia, sendo um cenário dominado pela mudança, caracterizada por uma série de estados de equilíbrio pontuado por crises que destroem alguns aspetos da cultura industrial. Finalmente, a última narrativa revela um pessimismo total em relação à resiliência dos sistemas sociais em face às suas próprias contradições e (in)capacidade de mudança social.

2.7 Ser ambientalista sem identificações organizacionais ou organizacionalmente implicado?

Como vimos, o tipo e o grau de mudança socioeconómica reivindicada pelo ambientalismo polarizou-se, ao longo do tempo, entre uma visão mais radical, hoje minoritária, e outra mais reformista, que se tornou *mainstream*. Alguns autores referem mesmo que, à medida que o discurso do desenvolvimento sustentável se normalizou nas agendas internacionais, o movimento quase deixou de existir (Jamison *et al.*, 1990; Eyerman e Jamison, 1991). Por um lado, os intelectuais do movimento foram-se institucionalizando junto do poder político e dos interesses económicos, e, por outro, o movimento foi-se fragmentando em grupos especializados com relações problemáticas entre si (Eyerman e Jamison, 1991). Nesse processo, o ambientalismo de intervenção foi sendo substituído por um ambientalismo grandemente centrado na sensibilização e numa educação ambiental muito restrita na mudança de comportamentos e atitudes individuais.

Tudo isto complexificou e fragmentou o ambientalismo, criando problemas de identificação e ação coletiva. Um conceito adequado para caracterizar essa fragmentação é o de ‘Comunidades de Práticas’ (Lave e Wenger, 1991; Wenger, 1998), enquanto agregação informal e *ad hoc* de novos comportamentos e atitudes associados à aprendizagem e inovação social. As Comunidades de Prática estão em todo lado e todos nós pertencemos a diversas dessas comunidades em cada momento e ao longo da nossa vida (Wenger, 1998). São formas legítimas de socialização periférica para os valores e práticas de uma determinada comunidade que

direcionam os novos membros para a construção de uma identidade compartilhada e para a participação (Lave e Wenger, 1991). As diversas disjunções entre indivíduos e instituições tanto podem ter origem em estratégias de adaptações sociais ritualistas e/ou conformistas, como pelo contrário, em estratégias de inovação social ou mesmo revolucionária complexa que tornam difícil encontrar ótimos de convergência entre indivíduos e organizações (Merton, 1938). Tais dificuldades podem também advir da inexistência de ferramentas de socialização ambientalista como a que neste texto se propõe.

2.8 Ser ambientalista por práticas de autossuficiência ou por práticas de mudança coletiva?

No quadro da questão ambiental, as Comunidades de Práticas são passíveis, cada vez mais, de ser agregadas dando origem a estilos de vida/identidades ambientais específicas e flexíveis que se definem num processo de gestão adaptativa da pertença a ‘grupos de referência’ (Merton, 1949) de forma diferencial ao longo do ciclo de vida. Tais estilos de vida/identidades podem ir desde uma mudança centrada no “Eu” até a uma mudança mais centrada no “Planeta”. No caso da primeira, essa mudança pode ser radical, e caracterizada pela procura de uma vida autossuficiente, ou pautada por mudanças graduais e da procura por uma vida simplesmente mais consciente. Do lado da autossuficiência podemos identificar Comunidades de Práticas como a Permacultura, o *Do It Yourself* (DIY) ou o *Homesteading*; enquanto do lado da vida consciente encontramos Comunidades de Práticas como o Minimalismo, os Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) ou dos vegetarianos. Já no caso de uma mudança centrada no Planeta, cada um pode optar participar na mudança em curso, através do que podemos chamar de ‘transição em ação’ (Hodgson e Hopkins, 2010); e/ou lutar por uma mudança que não podemos fazer sozinhos, acreditando que um ‘Outro Mundo é Possível’². Na ‘transição em ação’ falamos de mudanças coletivas e encontramos Comunidade de Práticas como as das hortas comunitárias, das moedas locais e do comércio justo e as redes de ecovilas e de ‘iniciativas de transição’; enquanto em um ‘Outro Mundo é Possível’ temos comunidades associadas, por exemplo, à defesa dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Rendimento Básico Universal ou das Cidades Sustentáveis.

² Slogan do movimento de Alter-globalização e do Fórum Social Mundial no final dos anos 90/2000.

Quadro 5 - Trajetórias de mudança entre a dimensão do “EU” e do “Planeta”

EU		O PLANETA	
Mudar Radicalmente a nossa vida	Fazer Mudanças na nossa vida	Participar na Mudança em curso	Lutar por uma mudança que não podemos fazer sozinhos
- Autossuficiência -	- Vida Consciente -	- Transição em Ação -	- Um ‘Outro Mundo é Possível’ -
C.P. DIY C.P. <i>off-Grid</i> C.P. <i>Homesteading</i> C.P. Permacultura C.P. <i>Tiny Houses</i>	C.P. do Minimalismo C.P. dos CCA (Circuito Curto agroalimentar) / <i>Reducing Food Miles /Buy Local Movement</i> C.P. vegetariana C.P. dos <i>Personal Farmers</i> C.P. do <i>indoor farming</i> e Jardins Verticais (<i>window farming/balcony garden; hydroponics; aeroponics</i>)	C.P. <i>WWOOfing</i> C.P. das moedas locais C.P. do Comércio Justo C. P. de Hortas Comunitárias C. P. <i>Guerrilla Garden</i> C. P. de Mobilidade Suave	Divulgar/lutar pelos ODS C. P. Rendimento Mínimo/Básico Universal e do Dividendo Básico Universal C. P. das Cidades-Jardim C.P. da <i>One Health</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

É, portanto, necessário estar consciente das Comunidades de Práticas existentes e agregá-las em categorias ao mesmo tempo que cada pessoa vai criando configurações específicas. Tais categorias são úteis para a construção de um instrumento que ajude ao auto-posicionamento reflexivo em relação às identidades ambientalistas possíveis.

3. A Escala de Identidade Ambientalista (EIA)

As questões que colocámos nos pontos anteriores possibilitam a criação de uma escala de identidades ambientalistas que julgamos ser útil no quadro da ‘governança da resiliência do Antropoceno’ (Seixas, 2014; Seixas e Dias, 2016) em que cada um é chamado a desempenhar um papel, implicando uma consciência ativa da identidade ambientalista (Seixas, Dias e Pereira, 2017). Esta escala foi realizada em função da experiência docente dos autores em disciplinas da área em licenciaturas (Sociologia do Ambiente e Seminário de Desenvolvimento Sustentável) e, especificamente no quadro do ‘desafio das práticas’. É, antes de mais, neste quadro de consciência e ação cidadã no contexto do Antropoceno que propomos esta escala. Ou seja, o principal objetivo desta escala é o de contribuir para uma transferência de conhecimento efetivo possibilitando que as sistematizações académicas sobre o movimento ambientalista tenham uma tradução prática que possibilite a incorporação dos conhecimentos ambientais enquanto processos de socialização e de personalização. Neste sentido a sistematização apresentada deve dar origem, num primeiro

momento, a um instrumento simples que possibilite posicionamentos, e, num segundo momento, a uma apresentação de metodologias ativas que potenciem tal instrumento como ativador de consciências e de reposicionamentos, ou seja, de uma contínua educação para a sustentabilidade.

A sistematização que atingimos possibilita oito dialéticas ideológicas que se propõem à discussão, as quais por sua vez se agregam em duas grandes escolhas identitárias (Quadro 6.): a primeira que estabelece uma diferença entre uma identidade negacionista excecionalista exuberante vs. uma identidade ecologista consciente e crítica; a segunda em que se estabelece uma diferença entre ambientalistas relativistas e individualistas conscientes vs. uma identidade de ambientalistas alarmistas, implicados e revolucionários.

Quadro 6 - Campos de consciência/experiência e dialéticas identitárias correspondentes

Campos de Consciência/Experiência	Dialéticas Identitárias
1) do movimento social ambientalista como consciência ambiental e relação com o planeta e a natureza, elegendo uma solução nesse quadro.	1: Negacionistas ou Conscientes 2: Excecionalistas ou Ecologistas 3: Sustentáveis Fracos ou Sustentáveis Fortes 4: Industrialistas Exuberantes ou Prósperos Críticos
2) do ambientalismo como mudança social e discursiva e como ancoragem organizacional e de comunidades de práticas.	5: Relativistas ou Alarmistas 6: Mensageiros ou Revolucionários 7: Trânsfugas ou Implicados eco-terroristas 8: Conscientes ou Autossuficientes

Fonte: Elaboração dos autores.

Temos, assim, uma EIA dividida em duas partes, e em que cada uma delas se desdobra em quatro subescalas. Cada uma das oito subescalas pode e deve servir de base a metodologias ativas e que possibilitem uma discussão teórico-prática, uma efetiva transferência de conhecimento e uma socialização e personalização ambientalista constantemente aberta a reposicionamentos capazes de levar cada uma a contribuir para a governança da resiliência do Antropoceno.

Apresentamos de seguida as partes da escala com uma breve análise relativa a cada subescala. As oito subescalas dividem-se em duas partes, sendo que as primeiras quatro subescalas procuram identificar o movimento social ambientalista como consciência ambiental e relação com o planeta e a natureza, elegendo uma solução nesse quadro (Quadro 7).

Quadro 7. Negacionistas ou Conscientes

1	2	3	4
As questões ambientais e climáticas são ‘falsas questões’. Não são um verdadeiro problema.	As questões ambientais e climáticas são verdadeiros problemas, mas não tão graves quanto muitas vezes se refere.	As questões ambientais e climáticas são verdadeiros problemas, mas os especialistas e os políticos é que devem resolver esses problemas.	As questões ambientais e climáticas revelam problemas reais e implicam-nos a todos. Todos temos de ser ambientalistas.

Fonte: Elaboração dos autores.

Esta primeira subescala evidencia a dialética identitária entre negacionistas e conscientes, estabelecendo uma clara fronteira entre aqueles que não podem de todo ser considerados ambientalistas (1), aqueles que relativizam a situação (2), os que consideram ser um problema dos especialistas (3) e, finalmente, os ambientalistas conscientes (4).

Já na segunda subescala estabelece-se a divisão entre o paradigma HEP mais ‘exuberante’ (1), ou mais prudente (2), em que predomina o imperativo do ser humano, e o paradigma NEP em que predomina o imperativo do planeta de uma forma mais neutra (3) ou mais alarmista (4) (Quadro 8).

Quadro 8 - Excepcionalistas ou Ecologistas

1	2	3	4
O ser humano é diferente dos outros animais e pelo progresso da ciência e da tecnologia acumulados controla e pode mudar os ambientes biofísicos.	O ser humano é diferente dos outros animais, mas a ciência e a tecnologia têm limites e consequências imprevistas.	O ser humano está entre outras espécies num ecossistema planetário interdependente em que as leis ecológicas devem ser tidas em conta.	O ser humano está entre outras espécies num ecossistema planetário interdependente e há potencial colapso se não se atuar já.

Fonte: Elaboração dos autores.

A consciência de uma sustentabilidade fraca por *take-offs ad hoc* (1) ou por *take-offs* específicos, (2) ou a consciência de sustentabilidade forte absoluta (4) ou sujeita aos constrangimentos da vida quotidiana (3) é avaliada na terceira escala (Quadro 9).

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Quadro 9 - Sustentáveis Fracos ou Sustentáveis Fortes

1	2	3	4
A natureza pode ser substituída/compensada por outras necessidades que eu tenha	A natureza é substituível pela via da tecnologia e da genética.	A natureza é insubstituível, mas as necessidades do dia-a-dia obrigam-nos a fazer escolhas.	A natureza é insubstituível e a mais importante das necessidades. É sempre uma prioridade nas minhas escolhas.

Fonte: Elaboração dos autores.

Na quarta subescala avalia-se a soluções sociais que se preconizam, entre um ‘business as usual’ mais tecnológico (1) ou mais prudente (2) ou, pelo contrário, uma mudança pela sobrevivência sempre em risco de colapso (4) ou pela ‘Transição’ ou prosperidade sem crescimento (3) (Quadro 10).

Quadro 10 - Industrialistas Exuberantes ou Prósperos Críticos

1	2	3	4
Uma Explosão Tecnológica (inclui uma aposta forte na descoberta de novas e mais potentes tecnologias e fontes de energia que nos libertem dos constrangimentos ambientais e dar continuidade ao crescimento populacional. O risco tecnológico é compensado pela exploração e colonização de outros planetas).	Uma Tecno-estabilidade (inclui uma industrialização prudente, o uso generalizado de energias renováveis e o abrandamento do crescimento populacional).	Uma Transição ambiental e prosperidade sem crescimento (o uso apenas de energias renováveis, um crescimento populacional diminuto ou nulo e um modo de vida em comunhão com a natureza e o planeta).	Uma Sobrevivência e Resiliência Ambiental sempre em Risco de Colapso (como não se está a fazer o suficiente para evitar o colapso ambiental, teremos de viver em adaptação contínua entre múltiplas crises e falências socioambientais que podem, em última instância, levar à extinção dos seres humanos).

Fonte: Elaboração dos autores.

Cada subescala pode ser usada no sentido de discutir uma determinada dialética identitária. No entanto, se usarmos as oito subescalas como um instrumento agregado, no final destas quatro subescalas os respondentes deverão efetuar um cálculo, somando os pontos correspondentes às repostas que deu, para perceber se são (ou não) ambientalistas. Concebemos quatro grandes posições identitárias:

- Até 7 pontos: Negacionista Excepcionalista que Defende uma Sustentabilidade Fraca: acha que o ser humano tudo controla e de tudo se safa. Não é um ambientalista. Propõe-se que o respondente reflita se está no caminho certo pois planeta precisa de todos. No

caso da aplicação do instrumento agregado, o respondente que se identifica com este perfil não continua o questionário.

- Entre 8 e 11 pontos: Ambientalista Relutante: está um pouco confuso sobre as suas escolhas.

- Entre 12 e 15 pontos: Ambientalista Comprometido: escolheu um caminho precisando de perceber por onde está a caminhar e se está a caminhar sozinho ou não.

- As respostas contabilizam 16 pontos: Ambientalista Radical: defende uma perspetiva ecológica profunda e uma sustentabilidade forte. Está entre o receio do colapso e a urgência da ação ambiental. Precisa ainda de saber até onde vai o seu radicalismo.

As quatro últimas subescalas procuram caraterizar o ambientalismo como mudança social e discursiva e como ancoragem organizacional e de Comunidades de Práticas. Apresentemos, então, cada uma das subescalas desta segunda parte do instrumento. Na subescala seguinte o ambientalista já confirmado como tal identifica-se ou com discursos entre o relativismo e o alarmismo: discursos de modernização ecológica (1), dos comuns (2), da crise climática (3) ou do colapso (4) (Quadro 11).

Quadro 11 - Relativistas ou Alarmistas

1	2	3	4
Discursos de compatibilização entre ecologia e crescimento económico: o compromisso político com a promoção do desenvolvimento sustentável é suficiente.	Discursos da governação do que é comum: a criação participada de regras/leis para o uso coletivo da água; dos alimentos; da qualidade do ar etc.	Discursos da Emergência Climática: é o alerta ecológico maior que nos deve mover a todos! Os políticos não estão a fazer o suficiente.	Discursos do colapso: a extinção de espécies e a situação da nossa própria espécie está já no limite. Há que atuar e romper com o modelo estabelecido.

Fonte: Elaboração dos autores.

Já nesta escala a identificação que se propõe é em função da participação da mudança no mundo, como mensageiro (1), como ativista local (2), como agente de ação direta (3) ou como revolucionário (4) (Quadro 12).

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Quadro 12 - Mensageiros ou Revolucionários

1	2	3	4
Participar na mudança do mundo em geral. Fazer parte/passar a mensagem de organizações transnacionais que propõem mudanças.	Fazer a mudança que queremos ver no mundo. Mudar-me a mim e mudar localmente, aderindo e/ou criando Comunidades Intencionais ou de Transição.	Ação direta. Enfrentar numa desobediência civil não violenta todos aqueles e todas as atividades que prejudicam o ambiente.	Mudança Drástica/Portutura. Necessidade de destruição das economias/indústrias danosas para o ambiente e começar um novo modelo.

Fonte: Elaboração dos autores.

A avaliação da identificação organizacional, desde uma lógica de recusa organizacional ou trânsfuga (1), passando por organizações de ‘transição’ (2), organizações de ação direta (3) e eco-terrorismo (4) ocorre nesta subescala (Quadro 13).

Quadro 13. Trânsfugas ou Implicados eco-terroristas

1	2	3	4
Não me identifico com organizações.	Organizações que agem através da mudança individual e local em rede: <i>Transition Network</i> ; <i>Ecovillages Network</i> ; etc.	Organizações que agem através da ação direta pacífica para expor e denunciar ameaças e agressões ao meio ambiente: <i>Greenpeace</i> ; <i>Extinction Rebellion</i> ; <i>Sea Shepherd</i> ; <i>Robin Wood</i> ; PETA; etc.	Organizações que agem através da ação direta violenta para travar a exploração e destruição do meio ambiente: <i>Earth Liberation Front</i> ; <i>CrimethInc.</i> ; etc.

Fonte: Elaboração dos autores.

Finalmente, a última subescala deste grupo identifica Comunidades de Práticas que procuram configurar estilos de vida ambientais em função de combinações plausíveis, desde uma consciência ambiental (1), uma participação na mudança local (2), uma participação numa mudança mais vasta (3) ou mesmo numa mudança radical pela autossuficiência (4) (Quadro 14).

Quadro 14 - Conscientes ou Autossuficientes

1	2	3	4
Fazer Mudanças na Nossa Vida: Vida Consciente (consumir local; Minimalismo/ consumir só o essencial; etc.).	Participar na Mudança em Curso: Transição em Ação (comércio justo; hortas comunitárias; mobilidade suave; moedas locais).	Lutar por uma Mudança que não podemos fazer sozinhos: Outro Mundo é Possível (defender os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Rendimento Básico Universal; Cidades Sustentáveis; etc.).	Mudar Radicalmente a Nossa Vida: Autossuficiência (Permacultura; <i>off-Grid</i> ; DIY; <i>Tiny Houses</i> ; etc.)

Fonte: Elaboração dos autores.

Esta segunda parte da escala possibilita que aqueles que se identificaram como ambientalistas numa primeira parte possam refletir sobre as suas posições. Propõe-se 5 tipos ideais de ambientalistas em função desta escala. Tal tipologia deve ser entendida grandemente como um conjunto de aproximações para discutir a consciência e ação ambiental de cada um.

- Até 4 pontos: um Ambientalista Resignado e Individualista. A sua visão é generalista e aceita o discurso político. Não se identifica com organizações, mas procura ter uma atitude de consciência pessoal, quando muito familiar.
- Entre 4 e 7 pontos: um Ambientalista Ambivalente. Está entre o individualista e o coletivista. Em princípio, terá escolhido entre as respostas 1 e 2 de cada escala. Defende uma posição de abertura à ação coletiva e, portanto, uma participação na defesa do que é de todos. Mas depende dos dias!
- Entre 8 e 11 pontos: um Ambientalista Implicado e Coletivista. Defende a ação coletiva e o ambiente é parte da sua identidade como pessoa. Pode ser até que seja já um ambientalista planetário! Está apto a participar em redes de transição.
- Entre 12 e 15 pontos: um Ambientalista Apocalíptico. Favorável à ação direta, considera que existe uma emergência ambiental. Tem uma posição crítica e, porventura, receio do colapso. Certamente é um descrente dos políticos e da sua ação ambiental. Tem o perfil de quem faz parte de uma organização ambientalista.
- 16 pontos: um Ambientalista Terrorista e ‘Survivor’. Acredita no colapso e que a ação violenta é necessária para criar uma rutura. Pensa já em processos de autossuficiência para o *day after*. Está certamente a construir um *bunker* no quintal!

4. Considerações Finais. Testagem da Escala e Metodologias Ativas de Intervenção

A testagem e afinação desta escala foram realizadas através de um questionário que foi posto a circular entre alunos do ensino superior e na rede social Facebook³. O questionário compôs-se por três grupos de questões: um de identificação e caracterização dos respondentes; outro em que se apresentou a escala; e um último de avaliação da utilidade da escala. Até a data de submissão do presente artigo, o questionário tinha obtido 103 respostas. Lembramos, porém, que se trata de um instrumento reflexivo, cuja utilização se prende mais com o desenvolvimento de metodologias ativas do que com uma validação estatística que terá ainda de ser realizada no futuro caso se pretenda utilizar a escala como instrumento para fazer inferências a partir de determinadas populações. Neste quadro, o número de repostas apenas tinha como objetivo avaliar até que ponto os respondentes entenderam que a escala foi útil para os ajudar a descobrir a sua identidade ambientalista.

Os resultados da avaliação da escala evidenciam que em 76 % dos casos os respondentes consideraram que a mesma os ajudou a descobrir/esclarecer a sua identidade ambientalista. Em 71 % dos casos, a escala também foi considerada útil para pôr os respondentes a pensar sobre a necessidade de mudar comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente, e em 65,6 % para ajudar a pensar sobre a necessidade de agir coletivamente e para despertar o interesse em saber mais sobre a questão ambiental e as organizações ambientalistas. Nos casos em que a resposta foi de orientação negativa, a questão não parece ser tanto a falta de utilidade da escala, mas o facto de existir já alguma consciência do posicionamento individual em relação à questão ambiental, algo que transpareceu num campo de comentários deixado em aberto para que os respondentes pudessem fazer sugestões de melhorias.

As metodologias ativas em educação ambiental são consideradas como práticas de sucesso validadas (Meredith *et al.*, 2000). Assim, e para finalizar, parece-nos pertinente evidenciar, sem uma preocupação de exaustividade, as possibilidades múltiplas de investigação, formação e ação que esta ferramenta pode ter nos mais diversos contextos.

- Como base de um programa de sensibilização/posicionamento/reflexão ambientalista;
- Na comparação entre grupos (geracionais, profissionais, culturas científicas, religiosas, políticas, etc.);

³ <https://forms.gle/WD6TFihVyUkQB9YH7>

- Como autoavaliação da mudança de atitudes e comportamentos em função de momentos de aprendizagem (exemplo: no início e no fim da cadeira de sociologia do ambiente);
- Como gestão de identidades organizacionais: caracterizar consensos de trabalho em função de partilha de identidades ambientalistas (entre dirigentes e funcionários, entre áreas funcionais, etc.);
- Diversas Comunidades de Práticas distintas poderão não só perceber melhor o seu posicionamento em função da escala, mas confrontar de forma heurística o seu posicionamento com o de outros.

Cada subescala, por sua vez, pode ainda dar origem a uma série de possibilidades. O caso da subescala, por exemplo, sobre Comunidades de Práticas, abre a uma reflexão sobre estilos de vida específicos e sua categorização em função de combinações entre diversas Comunidades de Práticas. Por fim, a escala tem também uma função investigativa clara, podendo com vantagem associar tal função a uma lógica reflexiva e de ação, ou seja, num quadro de pesquisa-ação. Enfim, a EIA que apresentámos neste texto apresenta um contributo para saber ‘onde estamos e para onde vamos na mudança ambiental’ ao constituir-se como uma ferramenta multiusos que, quer numa lógica longitudinal, quer numa lógica transversal, possibilita um acompanhamento ativo das múltiplas direções e sentidos que atualmente concorrem na nossa construção identitária enquanto ambientalistas.

Bibliografia

- BEREND, Ivan (2006), *An Economic History of Twentieth-Century Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOYKOFF, Maxwell; BOYKOFF, Jules (2004), “Balance as Bias: global warming and the U.S. prestige press”, *Global Environmental Change*, 14, pp. 125-136.
- CARSON, Rachel (1962), *Silent Spring*, Boston, Houghton Mifflin.
- CASTELLS, Manuel (1997), *The Power of Identity*, Oxford, Blackwell.
- CATTON Willian Robert; DUNLAP, Riley (1978), “Paradigms, theories and the primacy of the HEP-NEP distinction”, *The American Sociologist*, 13, pp. 256-259.
- CLAYTON, Susan (2003), “Environmental Identity: A Conceptual and an Operational Definition”, in Clayton, Susan & Opatow, Susan (Eds.), *Identity and the natural environment: The psychological significance of nature*, Cambridge, MIT Press, pp. 45-65.
- CONNELL, Sharon; FIEN, John; SYKES, Helen; YENKEN, David (2014), “Young people and the environment in Australia: Beliefs, knowledge, commitment and educational implications”, *Australian Journal of Environmental Education*, 30:1, pp. 78-87.

- SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83
- COSTANZA, Robert; DALY, Herman (1992), “Natural capital and sustainable development”, *Conservation Biology*, 6:1, pp. 37-4.
- CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene (2000), “The ‘Anthropocene’”, *41 Global Change Newsletter*, pp. 17-18.
- DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; LOBNER, Nadine (2020), “Desenvolvimento, Ciência e Sustentabilidade: Discursos de Mudança e Mudanças de Discurso”, *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, 13, pp. 169-201.
- DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric (2007), “Weak and strong sustainability in the SEEA: concepts and measurement”, *Ecological Economics*, 61:4, pp. 617-626.
- EHRlich, Paul (1968), *The Population Bomb*, New York, Ballantine.
- EKINS, Paula *et al.* (2003), “A framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability”, *Ecological Economics*, 44, pp. 165-185.
- EYERMAN, Ron; JAMISON, Andrew (1991), *Social Movements: A Cognitive Approach*, University Park, Pennsylvania State University Press.
- FELONNEAU Marie-Line; CAUSSE, Elsa (2017), “Pro-environmentalism, Identity Dynamics and Environmental Quality of Life”, in Ghozlane, Fleury-Bahi; Enric Pol, & Oscar Navarro (org.), *Handbook of Environmental Psychology and Quality of Life Research*, Cham, Springer, pp. 1-8.
- FUKUOKA, Masanobu ([1975] 2001), *A Revolução de Uma Palha*, Porto, Via Ótima.
- GEORGE, Timothy (2001), *Minamata: Pollution and the Struggle for Democracy in Postwar Japan*, Cambridge, Harvard University Press.
- GIFFORD, Robert; NILSSON, Andreas (2014), “Personal and social factors that influence pro-environmental concern and behaviour: A review”, *International Journal of Psychology*, 49:3, pp. 141-157.
- GRUŠOVNIK, Tomaž (2012), “Environmental Denial: Why We Fail to Change Our Environmentally Damaging Practices”, *Synthesis Philosophica*, 53, pp. 91-106.
- HODGSON, Jacqi; HOPKINS, Rob (2010), *Transition in Action: Totnes and District 2030, an Energy Descent Action Plan*, Totnes, Transition Town Totnes.
- HOLMGREN, David (2008), *Future Scenarios: How Communities Can Adapt to Peak Oil and Climate Change*, Chelsea, Chelsea Green Publishing.
- IPCC (2014), *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, IPCC, Geneva, Switzerland.
- JAMISON, Andrew; EYERMAN, Ron; CRAMER, Jacqueline; LÆSSØE, Jeppe (1990), *The Making of the New Environmental Consciousness: A Comparative Study of the Environmental Movements in Sweden, Denmark, and the Netherlands*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- LAVE, Jean; WENGER, Etienne (1991), *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*, Cambridge, Cambridge University Press.

- SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83
- LAYRARGUES, Philippe Pomier (1998), *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*, São Paulo, Annablume.
- LEADER, Stefan; PROBST, Peter (2003), “The Earth Liberation Front and Environmental Terrorism” *Terrorism and Political Violence*, 15:4, pp. 37-58.
- LOADENTHAL, Michael (2014), “Eco-Terrorism? Countering Dominant Narratives of Securitisation: a Critical, Quantitative History of the Earth Liberation Front (1996-2009)”, *Perspectives on Terrorism*, 8:3, pp. 16-50.
- MAIA, Rui Leandro; VIDAL, Diogo Guedes; OLIVEIRA, Gisela Marta (2018), “Ambiente e Saúde: uma leitura comparada a partir das estatísticas dos meios rurais e urbanos”, *A Obra Nasce: Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*, 13, pp. 57-69.
- MEADOWS, Dennis; MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William (1972), *The Limits to Growth, 1972*, Falls Church, Potomac Associates.
- MEREDITH, Joyce; CANTRELL, Diane; CONNER, Michael; EVENER, Bruce; HUNN, Diana; SPECTOR, Paul (2000), *Best Practices for Environmental Education: Guidelines for Success*, Akron, Environmental Education Council of Ohio.
- MERTON, Robert (1938), “Social structure and anomie”, *American Sociological Review*, 35, pp. 672-682.
- MERTON, Robert (1949), *Social Theory and Social Structure*, United States of America, The Free Press.
- OLIVEIRA, Gisela Marta; VIDAL, Diogo Guedes; MAIA, Rui Leandro (2020), “Monitoring Portuguese living conditions at local scale: a case study based on sustainable development indicators”, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 27:2, pp. 140-152.
- PARTRIDGE, Emma (2008), “From ambivalence to activism Young people's environmental views and actions”, *Youth Studies Australia*, 27:2, pp. 18-25.
- PEREIRA, Elenita Malta (2018), “Sensibilidade ecológica e ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanos-natureza”, *Sociologias*, 49, pp. 338-366.
- SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João (2013), “Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Contextos e Protagonistas da Educação Ambiental em Portugal”, *Revista Lusófona de Educação*, 25, pp. 193-211.
- SCHMIDT, Luísa; TRUNINGER, Mónica; GUERRA, João (2016), *Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade - Relatório Final*, Lisboa, Observa/ICS-UL.
- SEIXAS, Paulo Castro (2014), “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: A primeira Política Pública Global do Antropoceno”, *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, 2: 2, pp. 191-213.
- SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha (2016), “‘Narrativas de Futuro’ como ‘Resiliência Percebida’ e as ‘Duas Culturas’. Implicações para a ‘Governança da Resiliência’ do Antropoceno”, *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, 7, pp. 121-136.
- SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha; PEREIRA, Pedro Queirós (2017), “Uma Cidade Boa para Viver. Planeamento Cultural e Ciência Cidadã no Desenvolvimento Urbano Sustentável”, *Revista A Obra Nasce*, nº. 12, pp. 9-25.

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998), “Crise do Ambiente, Ética e Valores”, In Viriato Soromenho-Marques (org.), *O futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 127-149.

SPRATT, David; SUTTON, Philip (2008), *Climate Code Red: The Case for Emergency Action*, Melbourne, Scribe US.

STEFFEN, Will *et al.* (2011), “The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship”, *Ambio*, 40(7), pp. 739-761.

THIELKING, Monica; MOORE, Susan (2001), “Young People and the Environment: Predicting Ecological Behaviour”, *Australian Journal of Environmental Education*, 17, pp. 63-70.

TORGERSON, Douglas (1995), “The uncertain quest for sustainability: public discourse and the politics of environmentalism”, in Frank Fischer & Michael Black (org.), *Greening environmental policy: the politics of a sustainable future*, London, Paul Chapman, pp. 3-20.

UNITED NATIONS (2015), *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, A/RES/70/1*, Geneva, United Nations.

VIDAL, Diogo Guedes (2019), “Por uma sociologia do desenvolvimento sustentável: uma reflexão sobre a criação de um novo campo disciplinar”, *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 7:8, pp. 115-125.

WCED (1987), *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press.

WEITZA, Nina *et al.* (2019). *SDGs and the environment in the EU: A systems view to improve coherence*, Stockholm, Stockholm Environment Institute.

WENGER, Etienne (1998), *Communities of practice: learning, meaning and identity*, Cambridge, Cambridge University Press.

Paulo Castro Seixas (autor de correspondência). Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (Lisboa-Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, R. Almerindo Lessa, 1300-666 Lisboa. Portugal. Email: pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Ricardo Cunha Dias. Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (Lisboa-

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, R. Almerindo Lessa, 1300-666 Lisboa. Portugal. Email: rdias@iscsp.ulisboa.pt

Diogo Guedes Vidal. Investigador da Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Fernando Pessoa, Praça de 9 de Abril 349, 4249-004 Porto. Portugal. Email: diogoguedesvidal@hotmail.com